Este parecer foi votado por unanimidade no Conselho da Procuradoria Geral da República.

Saúde e Fraternidade.

Procuradoria Geral da República, 23 de Março de 1931. — O Ajudante do Procurador Geral da República, *Luis Clemente Pais de Sequeira*.

Direcção Geral do Ensino Técnico, 31 de Março de 1931. — O Director Geral, *Francisco Guedes*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Serviços das Associações Agrícolas

Cooperação e Mutualidade

Decreto n.º 19:566

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições: hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a constituição e funcionamento da Associação dos Agricultores do Sado, nos termos dos estatutos anexos ao presente decreto, aprovados pelo Ministro da Agricultura.

Art. 2.º Este decreto entra imediatamente em vigor e revoga a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 27 de Março de 1931. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira* — *António Lopes Mateus* — *José de Almeida Eusébio* — *António de Oliveira Salazar* — *Júlio Alberto de Sousa Schiappa de Azevedo* — *Luis António de Magalhães Correia* — *Fernando Augusto Branco* — *João Antunes Gutmarães* — *Armindo Rodrigues Monteiro* — *Gustavo Cordeiro Ramos* — *Henrique Linhares de Lima*.

Estatutos da Associação dos Agricultores do Sado.

CAPÍTULO I

Constituição e fins da Associação

Artigo 1.º Entre os agricultores da bacia hidrográfica do Sado é constituída uma sociedade com a denominação de Associação dos Agricultores do Sado, que se regerá pela legislação aplicável e seguintes disposições.

Art. 2.º A sede da Associação é em Alcácer do Sal, e a sua duração por prazo indeterminado.

Art. 3.º Podem fazer parte da Associação todos os agricultores da bacia hidrográfica do Sado, de maior idade e no uso dos seus direitos civis, e as pessoas que exerçam profissões correlativas.

§ único. Também podem ser admitidos como membros desta Associação os agricultores de regiões vizinhas e adjacentes que assim o desejem.

Art. 4.º A Associação tem por fim fazer subir até junto dos poderes públicos, e nomeadamente do Sr. Ministro da Agricultura, as aspirações da agricultura regional, expondo as suas necessidades, sugerindo os possíveis remédios e pugnando em todos os campos pelo

progresso da economia agrícola em geral e, em especial, pelos interesses dos seus associados, e especificadamente:

a) Promover a instrução agrícola pelo estabelecimento de bibliotecas, cursos, conferências, concursos e campos de experiências;

b) Facultar aos associados a aquisição de adubos, sementes e plantas em condições vantajosas de preço e pureza, e bem assim a compra ou exploração, em comum ou em particular de máquinas agrícolas ou animais reprodutores;

c) Procurar mercados para os produtos agrícolas dos sócios e facilitar as relações entre estes e os compradores de dentro e de fora do País;

d) Celebrar com as empresas de transportes terrestres, fluviais ou marítimos contratos para os transportes por preços reduzidos dos géneros agrícolas, adubos, animais e máquinas pertencentes aos seus sócios;

e) Indicar aos tribunais peritos e avaliadores, fornecer-lhes esclarecimentos e julgar arbitrariamente as contestações entre os sócios, quando estes o requeiram, e empregar sempre os seus esforços no sentido de harmonizar os interesses dos associados;

f) Proceder a ensaios de culturas, de adubos, de máquinas e instrumentos aperfeiçoados e de quaisquer outros meios tendentes a facilitar o trabalho, reduzir os preços de custo e aumentar a produção;

g) Promover e auxiliar a criação de instituições de crédito agrícola, seguros agrícolas, caixas económicas, caixas de seguros mútuos, sociedades cooperativas, frutuárias e quaisquer outras instituições que tenham por fim o desenvolvimento agrícola dos associados.

CAPÍTULO II

Dos sócios

Art. 5.º A Associação terá duas espécies de sócios: beneméritos e ordinários.

§ 1.º A qualidade de sócio benemérito é atribuída pela assemblea geral como preito de homenagem e atributo honorífico a quem, pelos serviços materiais ou morais prestados à economia da região ou à Associação, se torne credor da sua gratidão.

§ 2.º São sócios ordinários todos os outros restantes membros da Associação, que, como elementos militantes, pagarão uma cota mensal entre 20\$ e 5\$, conforme resolução da direcção, e jóia de cinco vezes o valor da cota mensal em vigor, sendo inicialmente fixada em 20\$ a cota mensal e, por consequência, em 100\$ a jóia.

Art. 6.º Para ser admitido sócio é preciso ser proposto por dois sócios à direcção, a qual resolverá, havendo recurso da decisão para a assemblea geral.

Art. 7.º Qualquer sócio pode livremente demitir-se, enviando a sua decisão por escrito ao presidente da direcção, ficando porém sem direito ao fundo social da Associação.

§ único. Entender-se há por desistência de sócio o facto de, sem justificação, deixar de pagar as respectivas cotas em três meses consecutivos.

Art. 8.º São motivos que impõem a perda da qualidade de sócio:

a) Faltar aos seus compromissos para com a Associação;

b) Transferir para terceiros os benefícios que só aos sócios é dado gozar;

c) Cometer factos que a assemblea geral, por maioria de dois terços dos votos presentes ou representados, julgue justificativos de tal sanção.

§ único. A pena de exclusão a impor a algum sócio pode ser solicitada à assemblea geral pela direcção ou por um grupo de cinco sócios, mas só pode ser aplicada pela assemblea geral nas condições da alínea c) e sendo sempre ouvido sobre o assunto o sócio a excluir.

CAPÍTULO III

Organização associativa

Art. 9.º A soberania reside na assemblea geral.

Art. 10.º Os corpos gerentes são constituídos pela direcção e pelo conselho fiscal, e assistidos pelas secções técnicas.

CAPÍTULO IV

Assemblea geral

Art. 11.º A assemblea geral compõe-se de todos os membros da Associação e reúne ordinariamente uma vez cada ano até o fim do mês de Janeiro, competindo-lhe:

a) Apreciar o balanço geral, relatório da direcção e parecer do conselho fiscal;

b) Eleger associados para os diferentes cargos da Associação, quando essas eleições devam realizar-se;

c) Resolver sobre coligações permanentes com outros organismos para constituir centro de relações de estudos económicos ou agrícolas, para promover e defender os respectivos interesses dentro da esfera dos estatutos e leis comuns applicáveis.

Art. 12.º Além da reunião ordinária da assemblea geral a que se refere o artigo antecedente, poderá a mesma reunir extraordinariamente, a requerimento da direcção, do conselho fiscal ou de um grupo de dez sócios, declarando-se sempre qual o assunto a versar e sendo proibido tratar de assuntos diferentes.

Art. 13.º As reuniões da assemblea geral serão convocadas por aviso escrito com antecedência de oito dias ou por aviso telegráfico com a antecedência de três dias.

Art. 14.º Para se constituir a assemblea geral ordinária ou extraordinária é preciso que esteja presente ou representada a maioria dos sócios.

§ 1.º O sócio ausente poderá ser representado por outro sócio, o qual não pode aceitar mais de três representações.

§ 2.º As representações serão dadas por meio de carta.

§ 3.º Não podendo efectuar-se a assemblea geral ordinária ou extraordinária por falta de número, será convocada nova reunião, que funcionará com qualquer número de sócios.

§ 4.º As propostas que se referirem a alteração de estatutos e que tenham de ser apresentadas em assemblea geral deverão ser enviadas ao presidente da direcção com dez dias de antecedência do dia da reunião, a fim de poderem ser apresentadas à assemblea geral, pelo referido presidente, devidamente informadas.

Art. 15.º As deliberações da assemblea geral são tomadas por maioria de votos presentes, salvo o caso de se tratar de qualquer modificação nos estatutos, dissolução da Associação ou pena de exclusão de sócio, para o que serão necessários dois terços de votos presentes ou representados.

Art. 16.º A assemblea geral terá um presidente e dois secretários, eleitos anualmente pela mesma assemblea.

§ único. Para suprir as faltas de qualquer membro efectivo haverá três membros substitutos.

CAPÍTULO V

Direcção

Art. 17.º A direcção compõe-se de cinco membros eleitos pela assemblea geral, que servirão um ano, e que poderão ser reeleitos.

§ 1.º A direcção nomeará de entre os seus membros: presidente, vice-presidente, primeiro e segundo secretários e tesoureiro.

§ 2.º Para suprir as faltas de qualquer membro efectivo haverá cinco membros substitutos.

Art. 18.º São atribuições da direcção a prática de

todos os actos que conduzam aos fins para que é criada a Associação e nomeadamente:

a) Estabelecer relações comerciais com os fornecedores;

b) Adquirir artigos para a Associação;

c) Fixar preços e condições de venda;

d) Fiscalizar o aluguer de máquinas e utensílios;

e) Nomear e demitir os empregados estipendiados;

f) Confeccionar o relatório anual da gerência e contas;

g) Organizar todos os trabalhos de propaganda e de instrução agrícola;

h) Convocar a assemblea geral quando o julgar conveniente;

i) Resolver sobre coligações temporárias para qualquer fim da Associação, em harmonia com a lei;

j) Representar, finalmente, para todos os efeitos, a Associação.

§ único. Os documentos que envolverem responsabilidade para a Associação só serão válidos quando assinados por dois directores em effectividade de serviço.

CAPÍTULO VI

Conselho fiscal

Art. 19.º O conselho fiscal compõe-se de três membros, eleitos pela assemblea geral, que servirão um ano e que poderão ser reeleitos.

§ 1.º O conselho nomeará, de entre os seus membros, aqueles que hão-de servir de: presidente, vice-presidente e secretário.

§ 2.º Para suprir as faltas de qualquer membro efectivo haverá três membros substitutos.

Art. 20.º São atribuições do conselho fiscal:

a) Examinar os livros da escrituração da Associação e verificar se os actos da direcção estão em harmonia com a lei e com os estatutos e não são contrários aos interesses da Associação;

b) Requerer a convocação da assemblea geral quando o julgar conveniente;

c) Dar o seu parecer por escrito sobre o balanço e contas anuais da Associação;

d) Dar o seu voto consultivo à direcção quando esta dele carecer.

CAPÍTULO VII

Secções técnicas

Art. 21.º Sempre que, pelo menos, dez sócios assim o requirem à direcção, deverá esta autorizar a constituição de secções técnicas.

Art. 22.º Estas secções técnicas têm por fim o estudo dos problemas que mais directamente interessem à sua especialidade, tomando a seu cargo e por iniciativa própria a defesa desses interesses.

Art. 23.º As secções técnicas serão dirigidas por três membros, eleitos de entre os sócios da respectiva especialidade.

Art. 24.º As resoluções de cada secção técnica precisam de ser sancionadas pela direcção da Associação.

§ único. As secções técnicas terão recurso para a assemblea geral da recusa de sanção às suas deliberações.

Art. 25.º Desde que os trabalhos e iniciativas das secções técnicas sejam sancionados pela direcção ou pela assemblea geral, em recurso, compete à direcção facilitar e auxiliar quanto possa as mesmas secções.

CAPÍTULO VIII

Disposições gerais

Art. 26.º O desempenho dos cargos da Associação é obrigatório.

Art. 27.º O fundo social da Associação será constituído pelos bens próprios, na conformidade da lei, e pelas jóias

de entrada, cotas e comissões pagas pelos sócios, subsídios e quaisquer donativos ou legados particulares.

Art. 28.º A Associação poderá ser dissolvida quando a assemblea geral, reunida em conformidade com o artigo 15.º, assim o delibere.

Art. 29.º No caso de dissolução proceder-se há à sua liquidação satisfazendo as dívidas em primeiro lugar e repartindo o restante dos valores do seguinte modo:

a) Aos sócios beneméritos restituem-se as quantias com que tenham beneficiado a associação.

b) Pelos restantes sócios, e em proporção com o capital de jórias e cotas com que tenham entrado, divide-se todo o restante.

CAPÍTULO IX

Disposições transitórias

Art. 30.º Ficam desde já constituídas as secções técnicas de cortiça e de arroz.

Álcacer do Sal, 13 de Fevereiro de 1931. — *José Maria Posser de Andrade — Henrique Augusto Pereira — Francisco Serra Lince — António Gil Monteiro Devesas — Henrique Romão Fernandes — Libertino Martins — Anibal Rosa Dourado — Adelino Pais Esteves — Adolfo Carlos Beija — António Gentil Soares Branco — Manuel José Soares Macedo.*